



PEC EMERGENCIAL VAI CORTAR SALÁRIOS E IMPEDIR INVESTIMENTOS NO SERVIÇO PÚBLICO

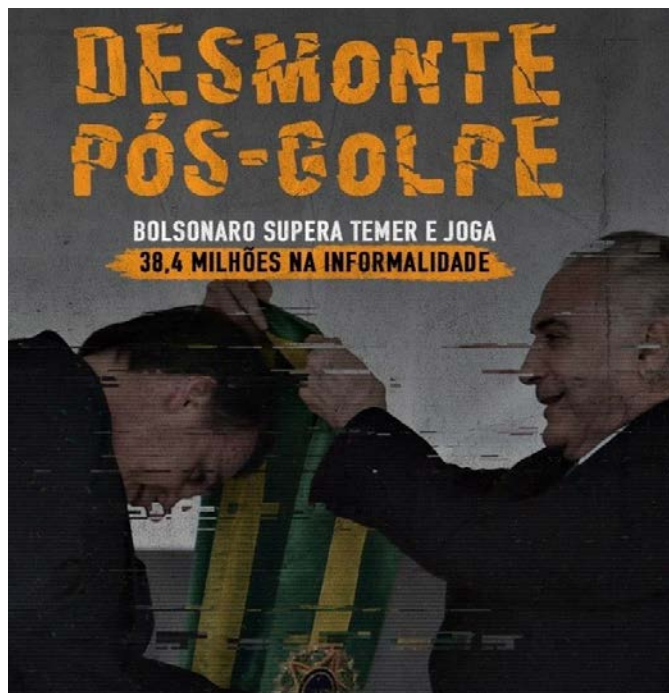


Entre as propostas que farão parte da reforma administrativa está a PEC 186/19, apelidada de “PEC Emergencial”, a proposta foi apresentada pelo governo Bolsonaro, no dia 5 de novembro, por seu líder no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE).

Nela contam 3 mudanças estruturais nas finanças públicas, com impacto direto sobre os direitos dos servidores públicos:

- 1) torna permanente o Teto de Gasto Público, de que trata a EC 95 (o que impede novos concursos, reajuste salarial e ainda justifica a redução de 25% da remuneração dos servidores);
- 2) estende sua aplicação aos estados, Distrito Federal e municípios (servidores estaduais e municipais também serão impactados); e
- 3) vincula a aplicação do Teto de Gasto à chamada “Regra de Ouro”. Além disso, veda que qualquer lei ou ato conceda ou autorize o pagamento, com efeitos retroativos, de despesa com pessoal, qualquer que seja a natureza da parcela ou benefício.

É preciso barrar o desmonte do Estado brasileiro. Fique atento a nossa agenda de mobilizações. A participação de todos é fundamental.



Sem emprego com carteira de trabalho, 38,4 milhões de trabalhadores sobrevivem atualmente na informalidade. O número de brasileiros com trabalho informal representa 41,1% da força de trabalho, sendo a maior desde o golpe de 2016.

Fonte: CUT CE

PARÓQUIA DA POLÍCIA FEDERAL

SÃO FLAVINHO DO PAU OCO

